

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

A Pregoeira da Agência Nacional de Transportes Aquaviários-Antaq, no exercício das suas atribuições regimentais designada pela Portaria-DG Antaq nº 468/2023 (1934077); art. 17, inciso VII do Decreto nº 10.024/2019, e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas considerações e decisões acerca do Recurso Administrativo Eletrônico interposto pelas empresas CIRION TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 072.843.212/0001-41, doravante denominada Recorrente, em relação à classificação e habilitação da empresa CLARO S.A., inscrita no CNPJ nº 40.432.544/0001-47, doravante denominada Recorrida.

JUIZO DE ADMISSIBILIDADE

Trata-se de análise de recurso interposto no PREGÃO ELETRÔNICO/ANTAQ Nº 03/2023, que visa referente à contratação de solução corporativa de comunicação de dados capaz de prover a interligação da Sede da ANTAQ às Unidades Remotas nos Estados (Rede WAN) e conexão à Internet, conforme especificações, quantidades, exigências e condições estabelecidas no edital e seus anexos (1935692).

Em síntese, a Recorrida foi declarada vencedora do referido certame, tendo sua Proposta aceita e habilitada. As Recorrentes registraram, motivada e tempestivamente, no Sistema Comprasnet, as intenções de recurso, conforme Ata de Pregão Eletrônico 03/2023 (1962005).

Considerando a Ata do Pregão Eletrônico 03/2023 (1962005), foi dada ciência aos interessados dos prazo estabelecidos para apresentação das razões e contrarrazão, quais sejam:

Recurso: 21/06/2023

Contrarrazão: 26/05/2023

Decisão: 03/07/2023

No que se referem ao recurso, a peça foi encaminhada, tempestivamente, via sistema, nos termos da legislação em vigor e juntado aos autos 1957902.

Já no que pertine à contrarrazão, a empresa Recorrida anexou, tempestivamente, ao sistema comprasnet, conforme documento SEI nº 1961885.

Diante do exposto, passa-se à análise das peças.

SÍNTESE DO TEOR DO RECURSO E DA CONTRARRAZÃO

Em seu recurso e em sua contrarrazão, a Recorrente e a Recorrida alegam o que segue abaixo:

SÍNTESE DOS ARGUMENTOS DA EMPRESA RECORRENTE - CIRION TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA

Em seu recurso, a Recorrente alega o que segue:

O principal ponto objetivado pelo presente é questionar a habilitação da Recorrida, visto que a mesma, após a análise técnica, fora considerada habilitada em que pese haver não haver cumprido com critérios claramente estabelecidos no Edital, deixando de atender aos critérios de participação do presente certame. Ficará nítido no presente Recurso que estas diversas questões técnicas merecem reavaliação desta Ilustre Comissão.

- VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO

Entre os documentos juntados pela Recorrida, se encontra sua Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Ocorre que, ao analisar-se o referido documento, é possível verificar que a empresa CLARO se encontra impedida de licitar e contratar em três frentes diferentes: Impedimento de Licitar no Âmbito:

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM / 389320-CONSELHO FEDERAL DE

JUSTICA ELEITORAL / 70006-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

O Edital estabeleceu como vedação ao critério de participação, empresas que:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma vigente da lei.

Veja-se que o Edital não limitou a referida vedação à “no Âmbito na ANTAQ” ou ao “Ente Federativo ligado à ANTAQ”, de forma que QUALQUER penalidade de impedimento eventualmente aplicada à empresa seria causa para vedar sua participação no presente certame.

Argumenta ainda que:

A classificação e habilitação da Recorrida no certame fere os mais basilares princípios da licitação, como o da Igualdade, Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Moralidade e inclusive o Princípio do Julgamento Objetivo.

O princípio da igualdade entre os licitantes, proeminente sobre os demais, no presente caso, veda a existência de quaisquer privilégios para os participantes do certame, principalmente quando tais privilégios são concedidos pela própria administração pública.

A empresa traz que:

No caso em espécie, não houve um julgamento real, justo, lícito e objetivo a respeito da habilitação da Recorrida, já que, como dito, descumpriu inobservadamente o instrumento convocatório.

O princípio da legalidade, bem como o do julgamento objetivo foram DESVALORIZADOS integralmente pela autoridade administrativa, que desatendeu inclusive o princípio constitucional da isonomia, ao conceder tal prerrogativa à referida empresa, qual seja, a possibilidade de apresentar documentos que não condizem com a validade dada pela legislação pertinente.

Trata-se do princípio basilar da legalidade que deve ser obedecido de forma imperiosa e estrita pela Administração Pública, até mesmo porque, tal vinculação, tem por finalidade única a exclusiva de assegurar a Administração Pública da efetiva garantia da devida prestação dos serviços licitados, por parte do eventual contratado.

Fatalmente, permitir que a Empresa prossiga nas demais fases da licitação COLOCA A CONTRATAÇÃO EM SÉRIOS RISCOS PARA O ÓRGÃO, quando na verdade a finalidade da norma foi a de SALVAGUARDAR O INDISPONÍVEL INTERESSE PÚBLICO, EVITANDO UMA CONTRATAÇÃO IRRESPONSÁVEL.

Por fim, requer que dê provimento ao recurso da empresa recorrente para reformar a decisão combatida, declarando a empresa CLARO S.A. inabilitada do certame.

SÍNTESE DOS ARGUMENTOS DA EMPRESA RECORRIDA - CLARO S.A.

A empresa CLARO S.A menciona em seu documento que:

2. Inconformada com a decisão do Pregoeiro que declarou a CLARO (Recorrida) como habilitada naquele certame, por ter ofertado o menor dentre todos os lances encaminhados pelas licitantes, a empresa CIRION TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA., interpôs Recurso Administrativo requerendo sua inabilitação, alegando ter sido infringido o item 4.2.1. que determina que não poderiam participar da licitação em comento os interessados: "4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma vigente da lei."

3. No entanto, não merecem prosperar as alegações e pedido da Recorrente, uma vez que as sanções constantes do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF referem-se a suspensão temporária do direito de participar em licitação e de contratar nos âmbitos dos próprios órgãos (Conselho Federal de Enfermagem, Conselho Federal da Justiça Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Piauí), conforme decisões por eles exaradas, ao contrário do que tenta fazer entender a Recorrente em sua Peça Recursal.

4. A distinção entre os entes administrativos consta da própria Lei nº 8.666/93, ao mencionar "Administração", quando a penalidade for de suspensão temporária de licitar e contratar, no inciso II do art. 87, e "Administração Pública", descrita no inciso IV do mesmo artigo, quando se tratar de declaração de inidoneidade.

5. Os incisos XI e XII do art. 6º da mesma Lei de Licitações, abaixo transcritos, por sua vez, estabelecem conceitos distintos para Administração e Administração Pública:

"XI - Administração Pública - a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;

XII - Administração - órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;"

A Recorrida pontua ainda que:

6. Assim sendo, o Art. 87 da Lei 8.666/93 – dispositivo legal no qual encontram fundamento as vedações previstas no Edital – estabelece uma escala gradativa de acordo com a gravidade das penalidades. Isso permite ao administrador a possibilidade de o fato punível ser apenado adequadamente. Tal escala, revestida de razoabilidade e proporcionalidade, parte da sanção de advertência, passa pela sanção pecuniária, abarca a possibilidade de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar tão somente com a Administração que aplicou a sanção, em seu inciso III (é este o caso em discussão), culminando com a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em sua totalidade.

A empresa fundamenta seus argumentos citando entendimentos de juristas e acórdãos do TCU, concluindo pela "declaração de improcedência do Recurso Administrativo interposto pela empresa CIRION TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. (CIRION), a fim de manter a habilitação desta Recorrida no presente certame, adjudicando-lhe seu objeto."

DA ANÁLISE DA PREGOEIRA

Com base nos princípios da Administração Pública em matéria de licitações e contratos, passa-se a análise do conteúdo dos recursos interpostos.

Preliminarmente cumpre informar que, a vinculação ao instrumento convocatório é um dos princípios norteadores da licitação, estando contido no art. 3º, da Lei n.º 8.666/93, e é a garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos.

Assim, o Edital de licitação é a lei do processo licitatório. A ele vincula-se o todos os participantes do procedimento, como a própria administração. O art. 41, caput, da Lei n.º 8.666/93, bem como seu § 1º, denotam a vinculação e obrigação de observância ao instrumento:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

Destaca-se, outrossim, que em observância ao Decreto nº 10.024/2019, quaisquer decisões obedecem, também, aos princípios da razoabilidade, da competitividade e da proporcionalidade, como se vê abaixo:

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

Portanto, todos os argumentos apresentados serão rigorosamente apreciados com observância do instrumento convocatório, bem como toda a legislação pertinente vigente, como será declarado.

QUANTO AO ESTABELECIDO EM EDITAL

Examinando a peça recursal, verifica-se que o cerne da questão gravita em torno de possível irregularidade praticada pela Administração, quando decide por Classificar e Habilitar a licitante CLARO S/A, sob alegação de que ela se encontraria impedida de licitar e contratar, contrariando, assim, o subitem 4.2.1 do instrumento convocatório (1935692):

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

Para fins de interpretação do subitem anterior, faz-se necessário elencarmos a legislação vigente acerca do tema:

Lei n 8.666/1993, em especial na Seção II que trata das sanções administrativas:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. (Vide art 109 inciso III)

Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

(grifo nosso)

Lei nº 10.520/2002 em seu art. 7º:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Decreto nº 10.024/2019, Capítulo XV que versa acerca da sanção:

Impedimento de licitar e contratar

Art. 49. Ficarão impedidos de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

Instrução Normativa SEGES/ME nº 3/2018:

Art. 34. São sanções passíveis de registro no Sicaf, além de outras que a lei possa prever:

I - advertência por escrito, conforme o inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, e o inciso I, do art. 83 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, conforme o art. 86 e o inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, e o inciso II do art. 83 da Lei nº 13.303, de 2016;

III - suspensão temporária, conforme o inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, e o inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303, de 2016;

IV - declaração de inidoneidade, conforme o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993; e

V - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme o art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

§ 1º A aplicação da sanção prevista no inciso III do caput impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de

licitações e formalizar contratos, no âmbito do órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção.

§ 2º A aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V do caput impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos no âmbito interno do ente federativo que aplicar a sanção:

I - da União, caso a sanção seja aplicada por órgão ou entidade da União;

II - do Estado ou do Distrito Federal, caso a sanção seja aplicada por órgão ou entidade do Estado ou do Distrito Federal; ou

III - do Município, caso a sanção seja aplicada por órgão ou entidade do Município.

§ 4º O disposto nos §§ 1º, 2º e 3º não impedirá a atualização cadastral do sancionado.

§ 5º Para registro das sanções não previstas nos incisos do caput deste artigo, a Seges disponibilizará senha para que os órgãos não integrantes do Poder Executivo Federal avaliem a pertinência de efetivarem o registro das sanções que impeçam o fornecedor de licitar ou contratar com o Poder Público.

(grifo nosso)

Possível ainda citar outras fontes relativas ao tema, tais como:

Cadernos de Logística publicados pelo Ministério da Economia: Sanções Administrativas em Licitações e Contratos 1 e 2 (disponíveis em); e

Manual de Sanção, elaborado e publicado pelo Tribunal de Contas da União (disponível em)

Acrescenta-se ainda, como bem pontuado na Contrarrazão (1961885), o conceito de "Administração" e "Administração Pública" à luz do art 6º da Lei nº 8.666/1993, a saber:

art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

XI - Administração Pública - a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;

XII - Administração - órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;

QUANTO À ABRANGÊNCIA

No que se refere à abrangência das sanções relacionadas a licitações e contratos administrativos foi o tema no Acórdão nº 2.530/2015 – Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU:

"Quanto à abrangência da sanção, o impedimento de contratar e licitar com o ente federativo que promove o pregão e fiscaliza o contrato (art. 7º da Lei 10.520/02) é pena mais rígida do que a suspensão temporária de participação em licitação e o impedimento de contratar com um órgão da Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93), e mais branda do que a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública (art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/93)".

Assim, o Plenário do TCU indicou que as sanções incidentes nas infrações cometidas em licitações e contratos administrativos previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos incisos III e IV da nº Lei 8.666/1993 possuem graus de aplicação distintos e podem ser ordenadas de acordo com sua rigidez.

Após revisar sua jurisprudência ampliativa que harmonizava com o entendimento do STJ, o Tribunal de Contas da União passou a considerar a suspensão temporária (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993) a mais branda das sanções comparadas e a indicar que seus efeitos somente impossibilitam o apenado de participar de licitações junto ao órgão ou entidade que a aplicou (cf. Acórdãos 2242/2013-P e 842/2013-P).

Assim, considerando o entendimento da Corte de Contas, é possível apresentar a abrangência de cada uma das sanções da seguinte forma:

Art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993: Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública

Abrangência: Todos os entes federativos

Art. 7º da Lei nº 10.520/2002: Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios

Abrangência: Toda Administração do ente federativo que a aplicar

Art. 87, III da Lei nº 8.666/1993: Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração

Abrangência: Somente em relação ao órgão ou entidade contratante

QUANTO À SANÇÃO CONSTANTE NO SICAF DA EMPRESA CLARO S.A

Vejamos as penalidades sofridas pela licitante CLARO S.A., nos termos dos registros das ocorrências contidas em seu SICAF (1953354)

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III

Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato

UASG Sancionadora: 70006 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador

Prazo: Determinado

Prazo Inicial: 11/05/2023

Prazo Final: 11/05/2024

Número do Processo: 0018700-75.2020.6

Número do Contrato: Contrato nº 30/2020

Descrição/Justificativa: concluiu a instalação dos recursos físicos necessários para ativação dos serviços de telefonia; porém, em face dos testes a serem realizados e da proximidade do primeiro turno das eleições de 2020, a implantação definitiva dos serviços ocorreu apenas no dia 20/11/2020, configurando um atraso de 57 (cinquenta e sete) dias no início dos serviços

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III

Motivo: Prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos, documentação ou declaração falsa, dentre outros

UASG Sancionadora: 389320 - CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM-COFEN

Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador

Prazo: Determinado

Prazo Inicial: 09/05/2023

Prazo Final: 09/09/2023

Número do Processo: 00196.000208/2022

Descrição/Justificativa: O Conselho Federal de Enfermagem comunica a aplicação de penalidade pela não manutenção da proposta, em conformidade ao exigido nos itens 1.3 e 8.1.2 do Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório do P.E 01/2022. Conduta descrita no artigo 2º, §2º, da Norma Operacional DIRAD nº 2/2017 e artigo 87, inciso III da Lei 8666/1993.

(grifo nosso)

Aduz dos registros que foi aplicada a "Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III" no âmbito "Órgão Sancionador". Logo, não seria conveniente que um ente ou órgão, por impor penalidade a um determinado licitante, impusesse indiretamente aos demais órgãos e entidades da administração pública a sua decisão, vedando a participação da referida empresa em outros processos licitatórios.

Conclui-se que, à luz dos fatos, sabendo-se que a penalidade foi aplicada exclusivamente no âmbito do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI e do CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM-COFEN, não há que se falar em impedimento da Claro em contratar com a Antaq. Uma vez que a distinção entre Administração Pública e Administração é salutar para o entendimento do alcance da aplicação da sanção, já que a Lei 8.666/93 dispõe no art. 87, III, que o impedimento de licitar existe em face da Administração, ou seja, o órgão Administrativo competente pela penalização no caso concreto.

Pelo exposto, resta claro que as exigências contidas no edital estão em consonância com os ditames da Lei de Licitações, bem como, com a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas da União.

DA DECISÃO

Considerando todo exposto, conheço dos recursos e nego-lhes provimento, tornando improcedentes os argumentos da Recorrente e, norteados pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da celeridade processual, da vedação ao excesso de formalismo e da vinculação ao instrumento convocatório, DECIDO manter a aceitação e habilitação da

licitante CLARO S.A., inscrita no CNPJ nº 40.432.544/0001-47.

Submeto para deliberação da Autoridade Competente desta Agência para análise, consideração e decisão do recurso administrativo em pauta.

JÚLIA MACENA

Pregoeira

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO

MANTENHO a decisão da pregoeira de rejeição do recurso impetrado

Fechar



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

DECISÃO DE RECURSO PELO PREGOEIRO

Processo: 50300.022166/2022-94

Licitação: Pregão Eletrônico nº 03/2023

Assunto: Análise de recurso interposto

Recorrente: CIRION TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA

A Pregoeira da Agência Nacional de Transportes Aquaviários-Antaq, no exercício das suas atribuições regimentais designada pela Portaria-DG Antaq nº 468/2023 (1934077); art. 17, inciso VII do Decreto nº 10.024/2019, e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas considerações e decisões acerca do Recurso Administrativo Eletrônico interposto pelas empresas CIRION TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 072.843.212/0001-41, doravante denominada Recorrente, em relação à classificação e habilitação da empresa CLARO S.A., inscrita no CNPJ nº 40.432.544/0001-47, doravante denominada Recorrida.

1. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

1.1. Trata-se de análise de recurso interposto no PREGÃO ELETRÔNICO/ANTAQ Nº 03/2023, que visa referente à contratação de solução corporativa de comunicação de dados capaz de prover a interligação da Sede da ANTAQ às Unidades Remotas nos Estados (Rede WAN) e conexão à Internet, conforme especificações, quantidades, exigências e condições estabelecidas no edital e seus anexos (1935692).

1.2. Em síntese, a Recorrida foi declarada vencedora do referido certame, tendo sua Proposta aceita e habilitada. As Recorrentes registraram, motivada e tempestivamente, no Sistema Comprasnet, as intenções de recurso, conforme Ata de Pregão Eletrônico 03/2023 (1962005).

1.3. Considerando a Ata do Pregão Eletrônico 03/2023 (1962005), foi dada ciência aos interessados dos prazos estabelecidos para apresentação das razões e contrarrazão, quais sejam:

a) Recurso: 21/06/2023

b) Contrarrazão: 26/05/2023

c) Decisão: 03/07/2023

1.4. No que se referem ao recurso, a peça foi encaminhada, tempestivamente, via sistema, nos termos da legislação em vigor e juntado aos autos 1957902.

1.5. Já no que pertine à contrarrazão, a empresa Recorrida anexou, tempestivamente, ao sistema compasnet, conforme documento SEI nº 1961885.

1.6. Diante do exposto, passa-se à análise das peças.

2. SÍNTESE DO TEOR DO RECURSO E DA CONTRARRAZÃO

2.1. Em seu recurso e em sua contrarrazão, a Recorrente e a Recorrida alegam o que segue abaixo:

2.1.1. **SÍNTESE DOS ARGUMENTOS DA EMPRESA RECORRENTE - CIRION TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA**

2.1.1.1. Em seu recurso, a Recorrente alega o que segue:

O principal ponto objetivado pelo presente é questionar a habilitação da Recorrida, visto que a mesma, após a análise técnica, fora considerada habilitada em que pese haver não haver cumprido com critérios claramente estabelecidos no Edital, deixando de atender aos critérios de participação do presente certame. Ficará nítido no presente Recurso que estas diversas questões técnicas merecem reavaliação desta Ilustre Comissão.

- VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO

Entre os documentos juntados pela Recorrida, se encontra sua Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Ocorre que, ao analisar-se o referido documento, é possível verificar que a empresa CLARO se encontra impedida de licitar e contratar em três frentes diferentes: Impedimento de Licitar no Âmbito:

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM / 389320-CONSELHO FEDERAL DE

JUSTICA ELEITORAL / 70006-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

O Edital estabeleceu como vedação ao critério de participação, empresas que:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma vigente da lei.

Veja-se que o Edital não limitou a referida vedação à “no Âmbito na ANTAQ” ou ao “Ente Federativo ligado à ANTAQ”, de forma que QUALQUER penalidade de impedimento eventualmente aplicada à empresa seria causa para vedar sua participação no presente certame.

2.1.1.2. Argumenta ainda que:

A classificação e habilitação da Recorrida no certame fere os mais basilares princípios da licitação, como o da Igualdade, Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Moralidade e inclusive o Princípio do Julgamento Objetivo.

O princípio da igualdade entre os licitantes, proeminente sobre os demais, no presente caso, veda a existência de quaisquer privilégios para os participantes do certame, principalmente quando tais privilégios são concedidos pela própria administração pública.

2.1.1.3. A empresa traz que:

No caso em espécie, não houve um julgamento real, justo, lícito e objetivo a respeito da habilitação da Recorrida, já que, como dito, descumpriu inobservadamente o instrumento convocatório.

O princípio da legalidade, bem como o do julgamento objetivo foram DESVALORIZADOS integralmente pela autoridade administrativa, que desatendeu inclusive o princípio constitucional da isonomia, ao conceder tal prerrogativa à referida empresa, qual seja, a possibilidade de apresentar documentos que não condizem com a validade dada pela legislação pertinente.

Trata-se do princípio basilar da legalidade que deve ser obedecido de forma imperiosa e estrita pela Administração Pública, até mesmo porque, tal vinculação, tem por finalidade única a exclusiva de assegurar a Administração Pública da efetiva garantia da devida prestação dos serviços licitados, por parte do eventual contratado.

Fatalmente, permitir que a Empresa prossiga nas demais fases da licitação COLOCA A CONTRATAÇÃO EM SÉRIOS RISCOS PARA O ÓRGÃO, quando na verdade a finalidade da norma foi a

de SALVAGUARDAR O INDISPONÍVEL INTERESSE PÚBLICO, EVITANDO UMA CONTRATAÇÃO IRRESPONSÁVEL.

2.1.1.4. Por fim, requer que dê provimento ao recurso da empresa recorrente para reformar a decisão combatida, declarando a empresa CLARO S.A. inabilitada do certame.

2.1.2. **SÍNTESE DOS ARGUMENTOS DA EMPRESA RECORRIDA - CLARO S.A.**

2.1.2.1. A empresa CLARO S.A menciona em seu documento que:

2. Inconformada com a decisão do Pregoeiro que declarou a CLARO (Recorrida) como habilitada naquele certame, por ter ofertado o menor dentre todos os lances encaminhados pelas licitantes, a empresa CIRION TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA., interpôs Recurso Administrativo requerendo sua inabilitação, alegando ter sido infringido o item 4.2.1. que determina que não poderiam participar da licitação em comento os interessados: "4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma vigente da lei."

3. No entanto, não merecem prosperar as alegações e pedido da Recorrente, uma vez que as sanções constantes do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF referem-se a suspensão temporária do direito de participar em licitação e de contratar nos âmbitos dos próprios órgãos (Conselho Federal de Enfermagem, Conselho Federal da Justiça Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Piauí), conforme decisões por eles exaradas, ao contrário do que tenta fazer entender a Recorrente em sua Peça Recursal.

4. A distinção entre os entes administrativos consta da própria Lei nº 8.666/93, ao mencionar "Administração", quando a penalidade for de suspensão temporária de licitar e contratar, no inciso II do art. 87, e "Administração Pública", descrita no inciso IV do mesmo artigo, quando se tratar de declaração de inidoneidade.

5. Os incisos XI e XII do art. 6º da mesma Lei de Licitações, abaixo transcritos, por sua vez, estabelecem conceitos distintos para Administração e Administração Pública:

"XI - Administração Pública - a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;

XII - Administração - órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;"

2.1.3. A Recorrida pontua ainda que:

6. Assim sendo, o Art. 87 da Lei 8.666/93 – dispositivo legal no qual encontram fundamento as vedações previstas no Edital – estabelece uma escala gradativa de acordo com a gravidade das penalidades. Isso permite ao administrador a possibilidade de o fato punível ser apenado adequadamente. Tal escala, revestida de razoabilidade e proporcionalidade, parte da sanção de advertência, passa pela sanção pecuniária, abarca a possibilidade de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar tão somente com a Administração que aplicou a sanção, em seu inciso III (é este o caso em discussão), culminando com a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em sua totalidade.

2.1.4. A empresa fundamenta seus argumentos citando entendimentos de juristas e acórdãos do TCU, concluindo pela "declaração de improcedência do Recurso Administrativo interposto pela empresa CIRION TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. (CIRION), a fim de manter a habilitação desta Recorrida no presente certame, adjudicando-lhe seu objeto."

3. **DA ANÁLISE DA PREGOEIRA**

3.1. Com base nos princípios da Administração Pública em matéria de licitações e contratos, passa-se a análise do conteúdo dos recursos interpostos.

3.2. Preliminarmente cumpre informar que, a vinculação ao instrumento convocatório é um dos princípios norteadores da licitação, estando contido no art. 3º, da Lei n.º 8.666/93, e é a garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos.

3.3. Assim, o Edital de licitação é a lei do processo licitatório. A ele vincula-se o todos os participantes do procedimento, como a própria administração. O art. 41, caput, da Lei n.º 8.666/93, bem como seu § 1º, denotam a vinculação e obrigação de observância ao instrumento:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

3.4. Destaca-se, outrossim, que em observância ao Decreto nº 10.024/2019, quaisquer decisões obedecem, também, aos princípios da razoabilidade, da competitividade e da proporcionalidade, como se vê abaixo:

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

3.5. Portanto, todos os argumentos apresentados serão rigorosamente apreciados com observância do instrumento convocatório, bem como toda a legislação pertinente vigente, como será declarado.

3.5.1. **QUANTO AO ESTABELECIDO EM EDITAL**

3.5.1.1. Examinando a peça recursal, verifica-se que o cerne da questão gravita em torno de possível irregularidade praticada pela Administração, quando decide por Classificar e Habilitar a licitante CLARO S/A, sob alegação de que ela se encontraria impedida de licitar e contratar, contrariando, assim, o subitem 4.2.1 do instrumento convocatório (1935692):

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.5.1.2. Para fins de interpretação do subitem anterior, faz-se necessário elencarmos a legislação vigente acerca do tema:

I - Lei n 8.666/1993, em especial na Seção II que trata das sanções administrativas:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. [\(Vide art 109 inciso III\)](#).

Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

(grifo nosso)

II - **Lei nº 10.520/2002 em seu art. 7º:**

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

III - **Decreto nº 10.024/2019, Capítulo XV que versa acerca da sanção:**

Impedimento de licitar e contratar

Art. 49. Ficarão impedidos de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no **caput** também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

3.5.1.3. **Instrução Normativa SEGES/ME nº 3/2018:**

Art. 34. São sanções passíveis de registro no Sicaf, além de outras que a lei possa prever:

I - advertência por escrito, conforme o inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, e o inciso I, do art. 83 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, conforme o art. 86 e o inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, e o inciso II do art. 83 da Lei nº 13.303, de 2016;

III - suspensão temporária, conforme o inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, e o inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303, de 2016;

IV - declaração de inidoneidade, conforme o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993; e

V - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme o art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

§ 1º A aplicação da sanção prevista no inciso III do caput impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos, no âmbito do órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção.

§ 2º A aplicação da sanção prevista no inciso IV do **caput** impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V do **caput** impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos no âmbito interno do ente federativo que aplicar a sanção:

I - da União, caso a sanção seja aplicada por órgão ou entidade da União;

II - do Estado ou do Distrito Federal, caso a sanção seja aplicada por órgão ou entidade do Estado ou do Distrito Federal; ou

III - do Município, caso a sanção seja aplicada por órgão ou entidade do Município.

§ 4º O disposto nos §§ 1º, 2º e 3º não impedirá a atualização cadastral do sancionado.

§ 5º Para registro das sanções não previstas nos incisos do **caput** deste artigo, a Seges disponibilizará senha para que os órgãos não integrantes do Poder Executivo Federal avaliem a pertinência de efetivarem o registro das sanções que impeçam o fornecedor de licitar ou contratar com o Poder Público.

(grifo nosso)

3.5.1.4. Possível ainda citar outras fontes relativas ao tema, tais como:

- a) Cadernos de Logística publicados pelo Ministério da Economia: Sanções Administrativas em Licitações e Contratos 1 e 2 (disponíveis em <<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica>>); e
- b) Manual de Sanção, elaborado e publicado pelo Tribunal de Contas da União (disponível em <<https://portal.tcu.gov.br/data/files/7E/94/90/77/8292271066D98227E18818A8/manual-de-sancoes%20administrativas.pdf>>)

3.5.1.5. Acrescenta-se ainda, como bem pontuado na Contrarrazão (1961885), o conceito de "Administração" e "Administração Pública" à luz do art 6º da Lei nº 8.666/1993, a saber:

art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

XI - Administração Pública - a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;

XII - Administração - órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;

3.5.2. **QUANTO À ABRANGÊNCIA**

3.5.2.1. No que se refere à abrangência das sanções relacionadas a licitações e contratos administrativos foi o tema no Acórdão nº 2.530/2015 – Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU:

“Quanto à abrangência da sanção, o impedimento de contratar e licitar com o ente federativo que promove o pregão e fiscaliza o contrato (art. 7º da Lei 10.520/02) é pena mais rígida do que a suspensão temporária de participação em licitação e o impedimento de contratar com um órgão da Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93), e mais branda do que a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública (art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/93)”.

3.5.2.2. Assim, o Plenário do TCU indicou que as sanções incidentes nas infrações cometidas em licitações e contratos administrativos previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos incisos III e IV da nº Lei 8.666/1993 possuem graus de aplicação distintos e podem ser ordenadas de acordo com sua rigidez.

3.5.2.3. Após revisar sua jurisprudência ampliativa que harmonizava com o entendimento do STJ, o Tribunal de Contas da União passou a considerar a **suspensão temporária** (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993) a mais branda das sanções comparadas e a indicar que seus efeitos somente impossibilitam o apenado de participar de licitações junto ao órgão ou entidade que a aplicou (cf. Acórdãos 2242/2013-P e 842/2013-P).

3.5.2.4. Assim, considerando o entendimento da Corte de Contas, é possível apresentar a abrangência de cada uma das sanções da seguinte forma:

I - **Art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993:** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública

a) Abrangência: Todos os entes federativos

II - **Art. 7º da Lei nº 10.520/2002:** Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios

a) Abrangência: Toda Administração do ente federativo que a aplicar

III - **Art. 87, III da Lei nº 8.666/1993:** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração

a) Abrangência: Somente em relação ao órgão ou entidade contratante

3.5.3. **QUANTO À SANÇÃO CONSTANTE NO SICAF DA EMPRESA CLARO S.A**

3.5.3.1. Vejamos as penalidades sofridas pela licitante CLARO S.A., nos termos dos registros das ocorrências contidas em seu SICAF (1953354)

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - **Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III**

Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato

UASG Sancionadora: 70006 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador

Prazo: Determinado

Prazo Inicial: 11/05/2023

Prazo Final: 11/05/2024

Número do Processo: 0018700-75.2020.6

Número do Contrato: Contrato nº 30/2020

Descrição/Justificativa: concluiu a instalação dos recursos físicos necessários para ativação dos serviços de telefonia; porém, em face dos testes a serem realizados e da proximidade do primeiro turno das eleições de 2020, a implantação definitiva dos serviços ocorreu apenas no dia 20/11/2020, configurando um atraso de 57 (cinquenta e sete) dias no início dos serviços

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - **Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III**

Motivo: Prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos, documentação ou declaração falsa, dentre outros

UASG Sancionadora: 389320 - CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM-COFEN

Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador

Prazo: Determinado

Prazo Inicial: 09/05/2023

Prazo Final: 09/09/2023

Número do Processo: 00196.000208/2022

Descrição/Justificativa: O Conselho Federal de Enfermagem comunica a aplicação de penalidade pela não manutenção da proposta, em conformidade ao exigido nos itens 1.3 e 8.1.2 do Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório do P.E 01/2022. Conduta descrita no artigo 2º, §2º, da Norma Operacional DIRAD nº 2/2017 e artigo 87, inciso III da Lei 8666/1993.

(grifo nosso)

3.5.3.2. Aduz dos registros que foi aplicada a "Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III" no âmbito "Órgão Sancionador". Logo, não seria conveniente que um ente ou órgão, por impor penalidade a um determinado licitante, impusesse indiretamente aos demais órgãos e entidades da administração pública a sua decisão, vedando a participação da referida empresa em outros processos licitatórios.

3.5.3.3. Conclui-se que, à luz dos fatos, sabendo-se que a penalidade foi aplicada exclusivamente no âmbito do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI e do CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM-COFEN, não há que se falar em impedimento da Claro em contratar com a Antaq. Uma vez que a distinção entre Administração Pública e Administração é salutar para o entendimento do alcance da aplicação da sanção, já que a Lei 8.666/93 dispõe no art. 87, III, que o impedimento de licitar existe em face da Administração, ou seja, o órgão Administrativo competente pela penalização no caso concreto.

3.6. Pelo exposto, resta claro que as exigências contidas no edital estão em consonância com os ditames da Lei de Licitações, bem como, com a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas da União.

4. DA DECISÃO

4.1. Considerando todo exposto, conheço dos recursos e nego-lhes provimento, tornando improcedentes os argumentos da Recorrente e, norteado pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da celeridade processual, da vedação ao excesso de formalismo e da vinculação ao instrumento convocatório, **DECIDO** manter a aceitação e habilitação da licitante CLARO S.A., inscrita no CNPJ nº 40.432.544/0001-47.

4.2. Submeto para deliberação da Autoridade Competente desta Agência para análise, consideração e decisão do recurso administrativo em pauta.

JÚLIA MACENA

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Júlia Cristina dos Santos Costa Macena, Pregoeira**, em 29/06/2023, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1962040** e o código CRC **B335732D**.